

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO

1969-2009: Memória e história na/da Análise do Discurso

Porto Alegre, de 10 a 13 de novembro de 2009

**RELAÇÃO ENTRE LÍNGUA: A LÍNGUA PORTUGUESA NO INTERIOR DE UMA
HETEROGENEIDADE LINGÜÍSTICA**

Adriana da Silva

Mestranda

drysil@ig.com.br

Orientadora: Prof^a Dr^a Soeli Maria Schreiber da Silva

Universidade Federal de São Carlos-(UFSCar)

O presente trabalho intitulado como Relação entre línguas: a língua portuguesa no interior de uma heterogeneidade lingüística tem como arcabouço teórico a Semântica do acontecimento com base nos estudos dos autores Eduardo Guimarães e Eni Orlandi.

Consideraremos aqui, a relação da língua portuguesa no interior de uma heterogeneidade lingüística, a partir de uma análise enunciativa, numa perspectiva política; histórica e social da linguagem.

A língua que falamos está regulada por uma regulação com a língua do Estado enquanto uma língua, a língua (una) do Estado: gramatizada, normatizada. (Guimarães 2002, p.21).

Tomamos essa definição de Guimarães para refletirmos alguns aspectos da nossa língua. Uma língua não é homogênea, a língua se caracteriza pela heterogeneidade que a constitui. O imaginário de língua una, desse modo, legitima tal diversidade da língua; Sob essa perspectiva consideramos a língua portuguesa. Nosso objetivo então é entender sob os conceitos da Análise do Discurso de linha francesa e semântica do acontecimento, os diferentes funcionamento da língua enquanto uma língua que é muitas. Para essa perspectiva da língua portuguesa nos debruçamos sobre os estudos da autora

Orlandi, que propõe uma importante reflexão sobre os processos de descolonização e lusofonia. (A noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização.(Línguas e Instrumentos lingüísticos N. 19 -p.18).

Para Orlandi, quando pensamos o Brasil, não podemos deixar de pensar as condições histórico- políticas e sociais da colonização a que fomos submetidos.

“ Sabemos que não há uma unidade homogênea que se possa chamar de lusofonia, A língua una é herança da **colonização**. A palavra lusofonia preserva o conceito de homogeneidade. Temos uma diversidade lingüística, e, é preciso tornar visíveis essas diferenças, falamos diferente, produzimos diferentes discursividades, e, é esse sentido que dever ser atribuído a palavra **descolonização**”.(ORLANDI,2005 p.18) .

A unidade e variedades da língua praticada aqui não refere mais o português do Brasil ao de Portugal, mas a sua unidade e variedades existentes no Brasil . Muda o regime de universalidade da língua que passa a ter sua referencia no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (a indígena, a africana, a de imigração etc) . (ORLANDI,2009 p.172) .

Nossas diferenças resultam da diversidade concreta produzida no Brasil, assim a língua portuguesa se encontra no interior de uma heterogeneidade lingüística como define a autora Orlandi apoiando se no conceito de heterogeneidade enunciativa de J. Authier .

HETEROGENEIDADE LINGÜÍSTICA

J. Authier (1987) estabelece o conceito de heterogeneidade enunciativa para descrever o fato de linguagem que consiste em que todo dizer tem necessariamente em si a presença do outro. (Orlandi2005) Aproveito o impulso desse conceito, embora ele ganhe em nosso uso outras determinações, para falar em heterogeneidade lingüística toda vez que, no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que chamaria dupla. Estamos diante de línguas que são consideradas as mesmas – as que se falam na América Latina e na Europa – porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a "mesma" língua, mas falamos diferente. Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que o "mesmo" abriga, no entanto, um "outro", um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do "mesmo": o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos, significam diferentemente. Discursivamente é possível se vislumbrar esse jogo, pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos

dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Ao falarmos o português, nós, brasileiros, estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada: nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. (Texto retirado: revista Ciência e Cultura-Print ISSN 0009-6725 Cienc. Cult. vol.57 no.2 São Paulo Apr./June 2005).

Partindo dessas definições, podemos depreender que o processo de descolonização lingüística para (Orlandi2009), pode ser definido como esse imaginário no qual se dá também um acontecimento lingüístico sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação. Assim a descolonização e a colonização são submetidas ao processo de como as sociedades se estruturam politicamente em relação aos países, aos Estados, às Nações, às tribos. Portanto a descolonização e a colonização são fatos da relação entre a unidade necessária e a diversidade concreta de um mesmo território, na constituição de uma sociedade, de uma nação, de um Estado.

Embasados nessa filiação teórica, façamos aqui uma breve análise e, assim tomaremos como objeto a cena enunciativa abaixo, fruto de um trabalho realizado pelo grupo de pesquisa relação entre línguas,(UFSCar).

L. Você acha que você domina o português? Que é a língua que você disse que fala?

E. Não na verdade a gente fala um português.. É abasileirado, como algumas pessoas falam né? A gente cria uma língua própria... Cada lugar cria uma língua própria, mais dominar o português, as regras certinha não.

Nessa cena enunciativa entendemos que há uma composição de sentidos na memória lingüística do falante, que funcionam simultaneamente em movimentos simbólicos distintos quando ele pronuncia : **E. Não na verdade a gente fala um português.. É abasileirado, como algumas pessoas falam né?** Isto significa que há uma marca de distinção na materialidade histórica desses sistemas simbólicos que o falante carrega na língua. Ao pensarmos em memória, pensamos, como aquilo que está na base da significação e que, por isso, promove a argumentação. É por ela, juntamente

com os interdiscursos, regiões específicas desta memória que mobilizam, na e pela língua, as direções argumentativas. A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que definimos como memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada palavra tomada. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (Orlandi 2005).

A abordagem semântica apresentada por Guimarães estabelece uma relação com a Análise do Discurso, de modo específico, e, em geral, com as teorias do sujeito, filiando-se à escola francesa de Análise do Discurso. Assim na cena que analisamos podemos identificar o ranger dessa teoria no momento do dizer, e como essas constituem sentido nas enunciações em um determinado espaço enunciativo.

Segundo Eduardo Guimarães (2005), a enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua. E integram a conceituação desse acontecimento de linguagem a língua e o sujeito que faz funcionar a língua ao enunciar algo, a sua temporalidade e a materialidade histórica do real. Para Guimarães, a configuração do sujeito da enunciação, chamado de Locutor no acontecimento, é a de que ele é a origem do dizer e assim da temporalidade. Produz-se assim uma disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo locutor. Esta disparidade significa diretamente a inacessibilidade do locutor àquilo que enuncia. O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor). Assim, o Locutor está dividido no acontecimento. E está dividido, porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito (Guimarães, 2005, p.14).

O sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos. Ser sujeito de seu dizer, ser sujeito, é falar de uma posição de sujeito. Portanto, o sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo. Para Guimarães:

Algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. (Guimarães, 2005 p. 11).

Sob essa perspectiva, podemos refletir sobre o modo de distribuição de línguas em espaços enunciativos, onde os falantes são sujeitos afetados pelo simbólico que se localizam em um tempo e em um espaço. Nesse sentido, os sujeitos são constituídos no Acontecimento enunciativo, pois é neste que analisamos, suas posições, os lugares de que falam, de que modo falam e o modo como seus dizeres os significam. Consideremos um espaço enunciativo onde falantes falam diferente produzem

diferentes discursividades. Essa divisão de línguas promove uma hierarquização das identidades desses falantes, há, portanto, uma distribuição desigual das línguas que dividem os falantes e por isso é que podemos perceber como eles, no espaço de enunciação em questão, estão identificados e como as línguas que estão inseridas nesse espaço os dividem. Assim outras são redistribuídas pelo modo como se dá a divisão.(Guimarães, 2002 p.21).

Fazemos essas reflexões para compreendermos como se dá a relação dos falantes da língua portuguesa, como estes são percebidos na língua, por meio das divisões destes na mesma, ou seja, por meio dos agenciamentos enunciativos que funcionam no acontecimento.

Outra contribuição importante para a nossa análise é o conceito de político desenvolvido pelo semanticista Guimarães, para ele o sentido de político se define como um conflito entre uma divisão normativa desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento.

“O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”.(Guimarães, 2005,p. 16).

Sob esse conceito o falante da nossa análise afirma seu pertencimento na língua, **quando diz que cria uma língua própria, mas não domina o português normatizado. Assim, percebemos claramente uma divisão que se estabelece nesse momento, entre o português normatizado e o português informal, o menos escolarizado, assim a noção de político se faz presente nessa cena enunciativa.**

Sob esse conceito refletimos sobre a questão do imaginário de língua uma no Brasil, e o primeiro aspecto que devemos considerar é que o Português é a língua oficial do Estado brasileiro, e é, nesta medida, a língua nacional do Brasil. Ou seja é elemento de identificação de sujeitos enquanto cidadãos do Estado. Mas falar português no Brasil é falar uma língua no interior de uma heterogeneidade lingüística. Assim se instaura o político, uma divisão desigual do real.

Desse modo é por meio deste litígio que vemos surgir um emaranhado de **significações** da língua nacional e que nos fazem refletir sobre o imaginário de língua uma no nosso país. Ao tratarmos de significação, pensamos na linguagem como constituinte de relações. Não tratamos desta, por isso, como um instrumento de comunicação ou interação, como somente um lugar de trocas, mas sim como constituinte de sujeitos e relações. Vemos a linguagem sob uma perspectiva sócio-histórica na qual e por meio dela travam-se relações entre sujeitos via simbólico, discursivamente. Para Guimarães a significação é “determinada pelas condições sociais de sua existência” (GUIMARÃES, 2005, p. 66), numa acepção de história que não seja pensada como algo cronológico, historiográfico, uma sucessão de acontecimentos sociais, determinação apenas temporal e/ou fato único e irrepetível, mas sim como algo que é constituído no presente da enunciação; em GUIMARÃES (1999), o acontecimento histórico não está num presente de um antes e de um depois no tempo.

Assim, acreditamos que esse trabalho e as análises aqui realizadas, são de suma importância e de caráter contributivo, aos estudos lingüísticos brasileiros que analisam a política e a distribuição de língua no Brasil, já que para nós , tal prática se dá de maneira desigual.

Referências Bibliográficas

- GUIMARÃES, Eduardo. Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- _____. Interpretar Língua e Acontecimento. In. Revista Brasileira de Letras. Vol. 1, n.1, p.19-23. UFSCar, 1999.
- _____. Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2005
- _____. História da Semântica. Sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, E. & ORLANDI, E. P. (orgs.). Língua e cidadania. O português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 59-84.
- ORLANDI, Eni. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. (1992) Língua e Instrumentos lingüísticos n.19: processo de descolonização lingüística e lusofonias– Campinas, SP: Pontes, 2005.
- _____. (2009) Língua brasileira e outras histórias, discurso sobre a língua e ensino no Brasil processo de descolonização lingüística e lusofonias. Campinas, SP: RG 2009.